



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG**  
**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO - CDSA**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO – UAEDUC**  
**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**GISLANE KARINE CORREIA DA SILVA**

**A ADOÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL  
DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SUMÉ/PB**

**SUMÉ – PB**

**2014**

**GISLANE KARINE CORREIA DA SILVA**

**A ADOÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL  
DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SUMÉ/PB**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade Acadêmica de Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, sob orientação do Prof. Dr. José Iivaldo Alves Oliveira Silva.

**SUMÉ – PB**

**2014**

S586a Silva, Gislane Karine Correia da  
A adoção de práticas sustentáveis no ambiente  
organizacional da gestão pública municipal de Sumé - PB. /  
Silva, Gislane Karine Correia da. - Sumé: [s.n], 2015.  
27p.

Orientador: Professor Doutor José Irivaldo Alves  
Oliveira Silva.  
Monografia - Universidade Federal de Campina Grande;  
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso  
de Tecnologia Superior em Gestão Pública.

1. Gestão pública. 2. Desenvolvimento sustentável. 3.  
Gestão ambiental. 4. Sustentabilidade. I. José Irivaldo  
Alves Oliveira Silva. II. Título

CDU 331.4(043.3)

**GISLANE KARINE CORREIA DA SILVA**

**A ADOÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL  
DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SUMÉ/PB**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade Acadêmica de Educação do Campo, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

**BANCA EXAMINADORA**



Orientador – Professor Dr. José Irivaldo A. O. Silva



Prof. Exar

Examinador 01 – Professor Msc. Alex Bruno F. M. do Nascimento



Examinador 02 – Professor Msc. Robson Fernandes Barbosa

Aprovada em 11 de Setembro de 2014.

## RESUMO

O presente estudo tem como tema a adoção de práticas sustentáveis no ambiente organizacional da gestão pública municipal. Configurando-se como um estudo de caso sobre a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável na Prefeitura Municipal de Sumé na administração direta. O objetivo geral é analisar as práticas sustentáveis adotadas pela gestão pública municipal. A pesquisa a seguir tem como característica ser do tipo descritivo, qualitativo e também teve a utilização de pesquisas bibliográficas, através de um estudo de caso, com a aplicação de um questionário aos secretários municipais. Como resultado tem que a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável ainda estão apenas começando a se desenvolver, pois ainda precisa conscientizar os governantes e as pessoas para que essas práticas sustentáveis sejam adotadas, visando à melhoria do meio ambiente e da população. Portanto, conclui-se que é através da gestão pública e de políticas públicas mais eficientes que teremos mais chances de conseguir mudanças e transformações.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Gestão Ambiental. Sustentabilidade.

## ABSTRACT

The present study has as its theme the adoption of sustainable practices in the organizational environment of municipal governance. Configuring it as a case study on environmental management and sustainable development in the Municipality of Sumé the direct administration. The overall objective is to analyze the sustainable practices adopted by the municipal public administration. The following research is characterized by the descriptive, qualitative and also had the use of library research, through a case study, with the application of a questionnaire to municipal clerks. As a result is that environmental management and sustainable development are still only beginning to develop, they still need to raise awareness among governments and people for these sustainable practices are adopted, aimed at improving the environment and the population. Therefore, it is concluded that it is through public management and more efficient public policies that will have more chances of getting changes and transformations.

**Key-words:** Sustainable Development. Environmental Management. Sustainability.

## 1 INTRODUÇÃO

O termo sustentável ultimamente está sendo muito discutido em diversos setores da sociedade e, cada vez mais, tem sido aplicado para dar suporte aos processos sociais e econômicos. Esta diretriz pode ser interpretada no sentido de que as sustentabilidades são muitas, passando do sentido ambiental e econômico, ao social. Atualmente, há um grande interesse em envolver os aspectos do meio ambiente com o crescimento econômico e com o desenvolvimento. Desse modo, busca-se um desenvolvimento saudável e sustentável aproveitando as novas oportunidades oriundas do uso e da conservação apropriado do meio ambiente.

A concepção de desenvolvimento sustentável tem como finalidade promover a harmonia entre a humanidade e a natureza, sua obtenção é um dos grandes desafios já que vivemos em uma sociedade capitalista. Contudo, na tentativa de alcançar um desenvolvimento sustentável na atualidade, no mínimo o que se busca é um desenvolvimento capitalista sustentável. Dessa forma, os conceitos ambientais estão passando a ser incorporados no planejamento estratégico de várias indústrias e os assuntos voltados para o meio ambiente deixaram de ser um tema isolado para se incorporarem em vários setores, inclusive no setor público.

Na presente pesquisa, trabalha-se com ideia de que esses pressupostos na gestão ambiental são aplicáveis à gestão pública e tem como tema analisar a adoção de práticas sustentáveis no ambiente organizacional da gestão pública municipal de Sumé - PB, em especial na administração direta, o tema versa sobre os temas da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável e da gestão ambiental. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar as práticas sustentáveis adotadas pela gestão pública municipal. Já os objetivos específicos são: Conceituar as práticas sustentáveis; Observar quais as ações ambientalmente corretas realizadas pelo município; Descrever as mudanças de comportamento nos setores; e apresentar os recursos disponíveis para atividades sustentáveis.

Para o desenvolvimento do trabalho a metodologia utilizada é classificada como descritivo, de natureza qualitativa, pesquisas bibliográficas e através de um estudo de caso, com a aplicação de um questionário. A metodologia é dividida em duas etapas: a primeira é a pesquisa bibliográfica, feita através de livros, artigos e *sites* da *internet*, e a segunda é referente à pesquisa de campo. Sendo assim, o trabalho está dividido em: introdução, referencial teórico, análise dos resultados, considerações finais e referências.

## 2 SUSTENTABILIDADE

A definição de sustentabilidade tem sido aplicada, cada vez mais, para dar suporte aos processos sociais e econômicos. Constata-se que, cada vez mais, as instituições estão empregando o termo sustentabilidade na designação de suas ações isso por vários motivos, que vão desde interesses de mercado até a sobrevivência do planeta, de forma geral e em particular da espécie humana (LIMA, 2006).

O termo sustentável ultimamente está sendo muito discutido em diversos setores da sociedade, mas não se trata de algo novo, foi a partir da década de 1970. Nessa época foi muito usado como termo técnico por algumas comunidades científicas, mas foi precisamente em 1971 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que tomou maior dimensão. Em 1972, após a Conferência de Estocolmo sobre ambiente humano começou a se integrar o termo sustentabilidade aos debates sobre meio ambiente e desenvolvimento. Esses debates que ali se iniciaram tiveram continuidade buscando um caminho, seguido de uma série de reuniões e relatórios internacionais (VEIGA, 2010).

Na Conferência sobre meio ambiente no Rio de Janeiro, no Encontro da Terra, em 1992, a princípio a noção de sustentabilidade teve muita rejeição, no entanto, depois da grande visibilidade se firmou e se popularizou. Com o passar do tempo e a busca por uma continuidade e durabilidade dos recursos naturais passou a ser inserido no cotidiano das relações sociais (SACHS, 2009).

A reflexão sobre o meio ambiente passa acontecer de forma mais consistente. Veiga (2010, p. 20) diz: “portanto, para a pergunta ‘O que é sustentabilidade?’, não há resposta simples (e muito menos definitiva). O que exige muito cuidado com os vulgares abusos que estão sendo cometidos no emprego dessa expressão”.

Rattner (1999, p. 233) expõe:

Contudo, a falta de precisão do conceito de sustentabilidade evidencia a ausência de um quadro de referência teórico capaz de relacionar sistematicamente as diferentes contribuições dos discursos e campos de conhecimentos específicos. [...]. O conceito de sustentabilidade transcende o exercício analítico de explicar a realidade e exige o teste de coerência lógica em aplicações práticas, onde o discurso é transformado em realidade objetiva. Os atores sociais e suas ações adquirem legitimidade política e autoridade para comandar comportamentos sociais e políticas de desenvolvimento por meio de prática concreta.

Esta diretriz pode ser interpretada no sentido de que sustentabilidades são muitas, passando do sentido ambiental e econômico, ao social. O conceito clássico de sustentabilidade

a qualifica de forma ampliada e abrangente como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”. (BRÛSEKE, 1995, p. 33)

Segundo Sachs (1993), na obra *Estratégias de transição para o século 21*, sustenta que o planejamento do desenvolvimento deve considerar simultaneamente cinco dimensões: 1) *sustentabilidade social*, cujo objetivo é construir uma civilização do “ser”, com maior equidade na distribuição do “ter” e da renda; 2) *sustentabilidade econômica*, com alocação e gestos mais eficientes dos recursos, redução do consumo e por um fluxo regular do investimento público e privado; 3) *sustentabilidade ecológica*, ampliando a capacidade de carga do planeta Terra com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida com fins socialmente válidos; 4) *sustentabilidade espacial*, com a distribuição territorial rural mais equilibrada – urbana por meio de estratégias que possibilitem a industrialização descentralizada, promoção de modernos projetos de agricultura regenerativa e agro-florestamento por pequenos produtores, estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade; 5) *sustentabilidade cultural*, a mais complexa porque deve, no processo de modernização, privilegiar esforços de mudanças com respeito às especificidades de cada ecossistema, de cada cultura, de cada local.

Diante dos aspectos observados, entende-se como sustentável o sistema produtivo que não compromete o ecossistema no futuro, reduzindo assim os impactos gerados pela atividade. Veiga (2010, p.12), conclui que “por mais que haja diferenças nas formas de descrevê-la, ou mesmo de explicá-la, não há divergência alguma sobre o significado do vocábulo”.

A possibilidade da construção de uma sustentabilidade deve levar em conta os princípios extraídos dos recentes avanços nos paradigmas e teorias científicas, uma vez que a insustentabilidade atual foi resultante, em grande parte, do conhecimento – superado – anterior, inadequado, de convivência com o meio ambiente (ROHDE, 2009, p. 48).

Dessa forma, Rohde (2009), conclui que os princípios filosófico científicos, emergentes dos novos paradigmas e teorias, que podem – possivelmente – compor a base para a construção da sustentabilidade são os seguintes:

- *Contingência*: refere-se á possibilidade ontológica do novo não-necessário, do diferente contraditório, constituindo o contexto filosófico da teoria da auto-organização;

- *Complexidade*: opõe-se ao reducionismo praticado de forma generalizada pelas ciências, tendo – ainda – que fornecer as bases para uma Razão aberta, que reformule a evolução do fechamento racional simplificador anterior;
- *Sistêmica*: engloba a perspectiva cibernética, a abordagem holística quanto a totalidade, além de incluir aspectos sobre autonomia e integração;
- *Recursividade*: baseia-se no paradigma “re” e está presente nas ciências, na auto-organização, no novo método, no holismo, na emergência e no caos-fractal. A recursividade põe a organização ativa como sinônimo de reorganização permanente;
- *Conjunção*: é o contraponto teórico e prático da disjunção mecânico-causalista anterior, ou seja, a articulação dos campos do conhecimento, dos saberes e das abordagens, permeando todos os paradigmas científicos novos;
- *Interdisciplinaridade*: permeia todos os novos paradigmas científicos, desde o novo método até os fractais. É, sobretudo na abordagem sistêmica, na complexidade e na questão ambiental que a interdisciplinaridade possui maior relevância.

Rohde (2009, p. 48-49) diz que “é importante ressaltar que estes princípios, conforme anteriormente registrado, são extraídos da área de teoria do conhecimento e dos novos paradigmas científicos e, portanto, constituem parte do aparato conceitual disciplinar para uma abordagem sustentável”.

Assim quando falamos de sustentabilidade é preciso chamar a atenção para:

[...] a aceleração do tempo que acompanha o capitalismo, o que assistimos é um descompasso entre os diferentes tempos. [...]. O homem tradicional, com sua busca constante de estabilidade, procura justamente harmonizar-se com este tempo, adequando o tempo social ao tempo biosférico. Nessa perspectiva, a ideia do eterno retorno, central as sociedades tradicionais, longe de ser uma concepção ingênua, refletia essa busca constante de estabilidade. [...]. (STAHEL, 2009, p. 114-115)

Atualmente, há um grande interesse em envolver os aspectos do meio ambiente com o crescimento econômico e com o desenvolvimento. Desse modo, busca-se um desenvolvimento saudável e sustentável aproveitando as novas oportunidades oriundas do uso e da conservação apropriado do meio ambiente.

### 3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável apesar de ser um termo bastante recente foi assimilado muito rápido e este conceito hoje está no centro de todo o discurso ecológico oficial, sem que haja um mínimo consenso quanto ao seu significado e sem que sequer se tenha colocado em questão. Hoje ao buscar-se um desenvolvimento sustentável mesmo que implicitamente, busca-se um desenvolvimento capitalista sustentável (STAHEL, 2009).

A noção de desenvolvimento sustentável surgiu nas últimas décadas do século XX, para traduzir várias ideias e preocupações devido à gravidade dos problemas ambientais que causam riscos às condições de vida no planeta. Uma das primeiras organizações a apontar os riscos do crescimento econômico contínuo foi o Clube de Roma em 1972. No mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência de Estocolmo, que abordou problemas ambientais decorrentes da poluição atmosférica, crescimento populacional e crescimento versus desenvolvimento (LEFF, 2005 apud MENDES, 2009).

Em 1973, Maurice Strong, utilizou pela primeira vez a palavra *ecodesenvolvimento* para definir uma proposta de desenvolvimento ecologicamente orientado, integrando-o com outros aspectos não estritamente ambientais para definir o que significa desenvolvimento sob uma concepção ambientalizada (LEIS, 1999 apud CAMARGO, 2009). O termo *ecodesenvolvimento* se espalhou rapidamente através de vários debates e foi exposto por vários intelectuais como Ignacy Sachs que desenvolveu alguns princípios para essa nova visão de desenvolvimento, porém alguns pesquisadores posteriormente substituíram o termo *ecodesenvolvimento* por desenvolvimento sustentável. Camargo (2003, p.68) ressalta que “o termo desenvolvimento sustentável demorou quase uma década para ser amplamente conhecido nos círculos políticos”.

Franco (2000 apud CAMARGO, 2003) afirma que esses debates refletiram-se no Relatório de Brundtland (*Nosso Futuro Comum*), divulgado em 1987. O Relatório de Brundtland teve papel decisivo na divulgação do tema desenvolvimento sustentável, reconhecendo-o oficialmente e declarando o meio ambiente como um autêntico limite de crescimento. Segundo Bruseke (2009, p.33), “o relatório parte de uma visão complexa das causas dos problemas sócio-econômicos e ecológicos da sociedade global”. Portanto, pensar o desenvolvimento a partir do meio ambiente não se tratava de uma tarefa simples, mas requeria uma reflexão mais refinada e profunda acerca de múltiplos problemas.

As definições de desenvolvimento sustentável mais conhecida estão presentes no relatório de Brundtland (*Nosso Futuro Comum*) e são elas:

[...] aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades. Esta definição gerou uma série de subdefinições que atendem as necessidades particulares de cada setor. [...]. A ideia de crescimento e de bem-estar social deve ser equilibrada com a conservação dos recursos ambientais pelas gerações presentes em benefício das gerações futuras. [...]. No entanto, no contexto de crescimento sustentável, questiona-se a verdadeira possibilidade de conciliação entre a sustentabilidade econômica e a ambiental. (EDWARDS, 2005, p. 20-21)

O conceito de desenvolvimento sustentável tem uma conotação extremamente positiva. [...], e sinaliza uma alternativa as teorias e aos modelos tradicionais do desenvolvimento, desgastadas numa série infinita de frustrações (BRUSEKE, 2009, p.34-35).

Stahel (2009, p.108-109) diz que “quando falamos de desenvolvimento sustentável, temos que considerar não só os aspectos materiais e econômicos, mas o conjunto multidimensional e multifacetado que compõe o fenômeno do desenvolvimento: os seus aspectos políticos, sociais, culturais e físicos”.

Para Maimon (1996 apud CAMARGO, 2003), desenvolvimento sustentável pode ser definido da seguinte maneira:

O desenvolvimento sustentável busca simultaneamente a eficiência econômica, a justiça social e a harmonia ambiental. Mais do que um novo conceito, é um processo de mudança onde à exploração de recursos, a orientação dos recursos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional devem levar em conta as necessidades das gerações futuras.

Já para Costanza (1991 apud CÂMARA, 2009, p.79):

O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser inserido na relação dinâmica entre o sistema econômico humano e um sistema maior, com taxa de mudança mais lenta, o ecológico. Para ser sustentável, essa relação deve assegurar que a vida humana possa continuar indefinidamente, com crescimento e desenvolvimento da sua cultura, observando-se que os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de fronteiras adequadas, de modo a não destruir a diversidade, a complexidade e as funções do sistema ecológico de suporte a vida.

A concepção de desenvolvimento sustentável tem como finalidade promover a harmonia entre a humanidade e a natureza, possibilitando a interação entre os interesses sociais, econômicos, ambientais e também políticos. Sua obtenção é um dos grandes desafios já que vivemos em uma sociedade capitalista. Contudo, na tentativa de alcançar um

desenvolvimento sustentável na atualidade, a tendência é a de considerar – pelo menos implicitamente – um “desenvolvimento capitalista sustentável”, ou seja, uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado (STAHEL, 1998 apud CAMARGO, 2003).

Para compreender a filosofia do desenvolvimento sustentável, defendida por Sachs, é preciso distinguir três dos vários significados do termo desenvolvimento:

- *Crescimento econômico* é a primeira concepção prendem-se as políticas econômicas desenvolvidas pelos países capitalistas, em suas etapas liberal e neoliberal;
- *Desenvolvimento social associado a crescimento econômico* é a segunda concepção e está associada ao crescimento econômico, e é adotada pelos países capitalistas, no contexto das polarizações entre capitalismo e socialismo e defende políticas sociais assumidas pelos governos, em função da melhoria da qualidade de vida das populações, [...].
- *Sustentabilidade socioambiental* é a terceira concepção, o desenvolvimento sustentável inclui ao crescimento econômico, a preocupação com a conservação da natureza e a qualidade de vida dos indivíduos e das sociedades.

O conceito de sustentabilidade está longe de consenso, pela sua amplitude e ambiguidade (OLIVEIRA, 2008, p. 44-45).

#### **4 GESTÃO AMBIENTAL**

A expressão gestão ambiental pode ser entendida como as diretrizes e atividades administrativas e operacionais que têm como objetivo obter efeitos positivos sobre o meio ambiente (BARBIERI, 2004).

A década de 1990 foi caracterizada pela mudança de alguns conceitos ambientais, influenciados pela globalização, ao mesmo tempo em que se multiplicaram pelo globo, e a sistematização das ações. Os conceitos ambientais passaram a ser incorporados no planejamento estratégico de várias indústrias e os assuntos voltados para o meio ambiente deixaram de ser um tema isolado para se incorporarem em vários setores, inclusive no setor público. Essa década foi marcada por vários acidentes ambientais em diversas partes do mundo (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA 2009, p.63).

A maioria dos impactos ambientais é decorrente da aceleração do desenvolvimento com ênfase apenas no resultado econômico, conforme defendem alguns ecologistas, sem o devido controle e preocupação com a preservação dos recursos naturais. A consequência em geral é a poluição ambiental pelo uso abusivo e incontrolado de insumos como água, energia e outros recursos renováveis e não renováveis. Os principais impactos ambientais são produzidos por atividades econômicas desenvolvidas na maioria das vezes nas grandes regiões industrializadas, mas também ocorre em atividades agrícolas no campo e extrativas (FILHO, 2009, p. 18).

Albuquerque e Oliveira (2009) também relata que a indústria passa a ter responsabilidades tributárias pela geração de poluição – o princípio do poluidor-pagador – mesmo que seja de forma controlada. Assim, a Câmara de Comércio Internacional propôs estruturas lógicas para a sistematização da gestão ambiental, principalmente nas indústrias tornando compatíveis aos interesses de qualidade e de produtividade. Desta forma, surgiu o conceito de Sistema de Gerenciamento Ambiental (SGA), formalizado pela *British Standard Institution* na Norma BS 7750 – *Specification for Environmental Management Systems*, que foi o embrião das normas da série ISO 14000.

A ISO (*International Organization for Standardization*) é uma importante entidade internacional que agarrou a iniciativa visando à elaboração de normas ambientais internacionais juntamente com outra entidade o IEC (*International Electrical Code*). Em 1991 elas constituíram o Grupo Estratégico de Aconselhamento (SAGE – *Strategic Advisory Group Environment*), para elaborar recomendações relativas a normas ambientais. O SAGE foi encarregado de elaborar uma abordagem para a gestão ambiental semelhante à utilizada para a gestão de qualidade (ISO Série 9000) e de estudar normas internacionais para facilitar o comércio e remover as barreiras comerciais (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2009, p.63).

As principais definições para o conceito de sistema de gerenciamento ambiental segundo Albuquerque e Oliveira (2009, p. 63-64) são:

- **Prevenção da poluição:** a expressão *prevenção da poluição* ou *redução na fonte* se refere, mas não se restringe as práticas que reduzam a quantidade de quaisquer substâncias perigosas ou não, dos poluentes ou dos contaminantes entrantes em qualquer fluxo de resíduo ou liberados no meio ambiente de outra maneira, que maximizem a redução ou eliminação da geração de resíduos e poluentes na fonte, em volume, concentração e/ou toxicidade, através do aumento de eficiência no uso da matéria-prima, energia, água e outros recursos naturais;

- **Ciclo de vida do produto:** estágios consecutivos e interligados de um sistema de produto, desde a aquisição de matéria-prima ou geração de recursos naturais até a disposição final do produto;
- **Passivo ambiental:** responsabilidade ambiental referente a impactos presentes originados dos aspectos de atividades, produtos ou serviços passados. Ou seja, atitudes tomadas no passado, as quais afetam o meio ambiente no presente ou afetarão no futuro;
- **Desenvolvimento sustentável:** implantação de novos projetos e desenvolvimento de processos necessários ao desenvolvimento de uma organização, levando em consideração os impactos causados pelos mesmos no meio ambiente, não ultrapassando o limite de poluição que a natureza possa tolerar.

Já a NBR ISO 14001 define o sistema de gerenciamento ambiental (SGA) como: “a parte do sistema de gestão global que inclui estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental.”

Portanto o SGA segundo Albuquerque e Oliveira (2009, p.66):

É parte do sistema global, o que significa que o SGA deve ser implementado de forma integrada com o gerenciamento global de uma empresa ou instituição [...]. Isto sinaliza o reconhecimento da importância estratégica que o meio ambiente está assumindo nas empresas, na forma de divulgar uma imagem ambientalmente correta e de demonstrar que monitora suas atividades, produtos e serviços para minimizar seu impacto sobre o meio ambiente. Sobre a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos, ficam claro que, ao contrário do que muitos pensam, o SGA não é meramente um conjunto de procedimentos escritos, mas envolve a própria estruturação da empresa.

Portanto, a função do Sistema de Gestão Ambiental é organizar todas as ações da Organização relativas às questões ambientais de suas atividades, produtos e serviços.

A gestão ambiental está ganhando dimensão e é um dos novos desafios trazidos pelo conceito e pela noção de sustentabilidade. As vantagens da gestão ambiental decorrem de regras e práticas administrativas que atuam para reduzir os riscos ambientais. Atualmente, com a crescente globalização e com a grande concorrência, cada vez mais as pessoas estão se informando e também dispostos a comprar e usar produtos que respeitam o meio ambiente, os

conhecidos produtos ecologicamente corretos, que vem ganhando espaço no mercado e a preferência do consumidor (FILHO, 2009).

Filho (2009, p.24) diz que os negócios estão cada vez mais se voltando para as questões ambientais e elenca cinco fatores que influenciam essa mudança de postura:

- (1) necessidade de obediência às leis;
- (2) eficácia em custos;
- (3) opinião pública;
- (4) pressão dos movimentos ambientalistas;
- (5) e pensamento em longo prazo.

Assim, a proteção ambiental passou a ser uma necessidade e ao mesmo tempo uma fonte de lucro para os negócios, o que abre uma perspectiva positiva para sua efetiva implantação, pois não transgride o princípio da busca permanente pelo lucro, indissociável da lógica de funcionamento das organizações em meio empresarial.

Tachizawa (2004 apud FILHO, 2009 p.31), afirma que na administração contemporânea, a dimensão da gestão ambiental está sendo considerada uma das principais chaves para a solução dos graves problemas que afligem atualmente o mundo moderno.

## **5 A RELAÇÃO ENTRE GESTÃO PÚBLICA E A GESTÃO AMBIENTAL**

Desde o final da década de 1980 que a ética e a responsabilidade social passaram a serem temas importantes para a Administração e a Gestão Organizacional. Não é mais suficiente apenas produzir bens e serviços que sejam consumidos. É preciso ter eficácia organizacional e uma relação saudável com o meio em que se está inserido. [...]. A Constituição de 1988 pode ser considerada como um grande marco em relação à garantia dos direitos sociais de educação, saúde, habitação, transporte e lazer ao cidadão brasileiro e à participação popular na gestão pública. A partir daí, mesmo que de forma não muito expressiva, a sociedade e as organizações despertaram para o exercício dos direitos e deveres do cidadão, em um ambiente democrático (AMORIM, 2009, p.130-131).

O meio ambiente ganhou destaque na política nacional entre os anos de 1989 e 1992, quando foi provocado pela discussão internacional, de Estocolmo em 1972, onde o meio ambiente ganhou ênfase deixando de ser apenas um problema local e passando a ser um problema global (SILVA, 2011).

A Convenção de Estocolmo ofereceu a oportunidade de identificar problemas ambientais e buscar soluções que conjuguem aspectos econômicos, sociais e políticos. Por mais que alguns ideais não tenham sido concretizados, o evento marcou uma nova fase da tutela do meio ambiente, com a participação mais intensa dos governos e da sociedade (GOMES; BULZICO, 2010, p.59).

Silva (2011, p. 253) explica que:

Essa questão se torna mais complexa na medida em que a Constituição Federal de 1988 cria novos instrumentos que demandam uma mudança na forma de encarar e praticar a gestão pública em nosso país, principalmente porque essa gestão na modalidade local começa a ser responsável por novas possibilidades de ação. Pode-se verificar um ensaio de novo modelo de gestão pela criação de mecanismos participativos simplificados e mais diretos com os atores sociais, pela institucionalização de instrumentos de comunicação mais ágeis com a população, sem falar na ampliação das possibilidades de captação de recursos, ampliando-se o espaço de atuação das Prefeituras.

“É importante lembrar que na administração pública brasileira, tanto federal, como estadual ou municipal, um dos maiores problemas é justamente a não compreensão do que vem a ser uma política pública” (SILVA, 2011, p.252-253). Uma política pública precisa ser acompanhada do começo ao fim, pois sua aplicação traz muitas mudanças, principalmente em relação aos direitos que a população mais carente tem, no Brasil muitas políticas públicas são implantadas, mas como diz o autor um dos maiores problemas é a falta de compreensão do que vem a ser uma política pública.

Nesse sentido, Filho (2009, p.22) diz que:

O empresário e o executivo moderno, para enfrentar os desafios dos novos tempos, devem desenvolver a capacidade de análise e interpretação da dinâmica das mutações socioambientais com visão sistêmica. Os cursos tradicionais de administração devem mudar o enfoque da formação do gestor como agente puramente administrativo para agente proativo solucionador de problemas.

No presente trabalho, trabalha-se com ideia de que os pressupostos da gestão ambiental são aplicáveis à gestão pública. O gestor deve ter capacidade abrangente de análise e de interpretação.

De acordo com Tachizawa (2004 apud FILHO, 2009) um bom gestor será ‘um gestor com consciência ecológica e socialmente responsável por excelência’, ou seja, deverá está preparado para resolver os problemas ecológicos e ambientais dos novos tempos, além de ter uma preocupação com o bem estar das futuras gerações.

No entanto, Filho (2009) ressalta que o desenvolvimento da administração passa a ser caracterizado por uma mudança nos valores da cultura empresarial tradicional, o autor também diz que o que acontece é uma evolução da parceria onde a ideologia do crescimento econômico passa a ser uma ideologia da sustentabilidade ecológica, ou seja, a mudança do pensamento mecanicista para o sistêmico holístico – a sustentabilidade com responsabilidade social.

Freitas (2009, p.139) explica que:

No âmbito administrativo, os órgãos ambientais da administração federal, estadual e municipal encontram sérias dificuldades. Se estivessem bem estruturados, com equipamentos modernos, funcionários motivados e bem remunerados, a efetividade seria bem maior. E o resultado seria a multiplicação de questões discutidas junto ao poder Judiciário. Muitas vezes, porém, desprovidos de recursos mínimos, a eficiência ainda está longe do ideal. [...].

Numa sociedade as políticas governamentais e as empresas produtivas devem criar ações conjuntas para que seja possível diminuir os impactos e promover ações socioambientais, ou seja, não tem como praticar gestão ambiental e garantir a qualidade de vida no planeta e da humanidade sem a presença do Estado e da sociedade civil, elas se completam e devem trabalhar com objetivos comuns. Dessa forma cresce a necessidade de ampliação do discurso sobre responsabilidade social corporativa e sua aplicação (OLIVEIRA, 2008). É necessário, portanto, verificar até que ponto as organizações públicas estão aplicando mecanismos que podem ser considerados de gestão ambiental.

O Brasil é considerado um dos países de grande competência em relação à legislação ambiental além de ser dotado de órgãos públicos que tem responsabilidades no âmbito federal, estadual e municipal, para que se possa ter um total cumprimento dessa legislação, porém, o volume de programas e projetos bem-intencionados, para implantar medidas preventivas e corretivas em relação aos problemas socioambientais, tanto nos setores públicos quanto nos privados são desconhecidos. Grande parte desses projetos não é nem iniciado e quando são iniciados não são finalizadas, as razões por isso acontecer são várias, desde as prioridades políticas de obras políticas até a corrupção do uso dos recursos públicos, entre outros (OLIVEIRA, 2008).

Silva (2011) destaca que o fato de se ter um crescimento considerável dos grandes centros nas regiões pobres, há também um considerável aumento nos problemas sociais e ambientais, o que, certamente, exige uma maior profissionalização da gestão pública.

Portanto, no Brasil é possível considerar duas hipóteses que ajudam a entender os problemas existentes na administração pública municipal:

- Primeiro a ausência de profissionais capacitados e que compreendam o que vem a ser a noção de políticas públicas;
- E segundo a carência de uma cultura organizacional de avaliação dos resultados dessas políticas públicas, muitas vezes inexistente.

Quando se trata de políticas públicas destinadas ao meio ambiente fica ainda mais evidente o agravamento de sua implantação (SILVA, 2011).

Dessa forma, o autor afirma que:

Um dos pré-requisitos importantes para alavancar o setor de defesa ambiental e da gestão ambiental propriamente dita é, sem dúvida, a profissionalização dos sujeitos que lidarão diretamente com a área ambiental, principalmente, quanto ao planejamento e elaboração de políticas públicas de curto, médio e longo prazo. (SILVA, 2011, p.255)

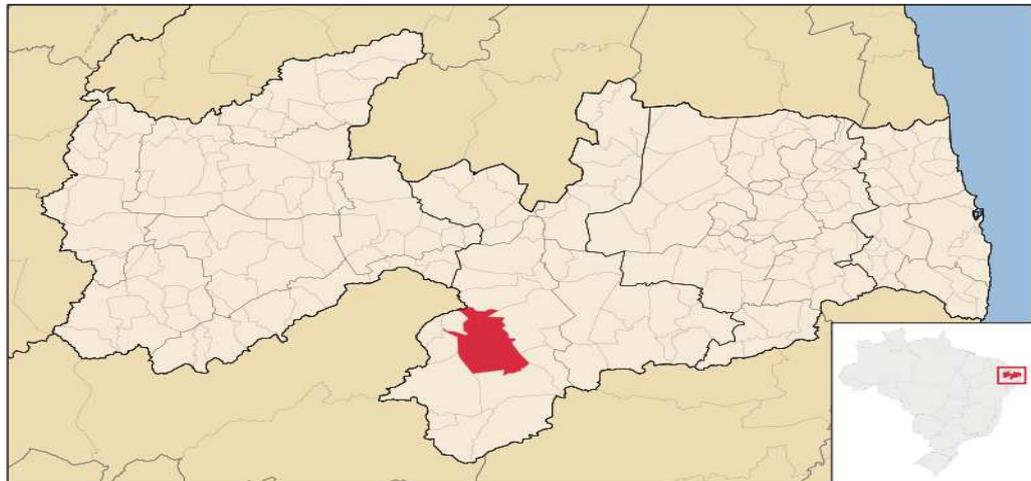
Assim, o governo é responsável pelo estabelecimento de leis e normas que dispõem de critérios ambientais que deve ser seguido por todos, por isso ele tem papel fundamental no processo e na consolidação do desenvolvimento sustentável, principalmente no setor privado onde seus processos de produção de bens e serviços, são utilizados recursos naturais além de produzir resíduos poluentes. O poder público precisa ter uma atitude coerente definindo leis e fiscalizando o seu cumprimento, tendo responsabilidade também pelo o ajuste de seu comportamento ao princípio da sustentabilidade tornando-o exemplo de mudança de padrões de consumo e produção, adequando suas ações a ética socioambiental (SILVA, 2011).

## **6 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A pesquisa teve como propósito analisar a adoção de práticas sustentáveis no ambiente organizacional da gestão pública municipal de Sumé - PB, em especial na administração direta. O município de Sumé tem uma área de 838 km<sup>2</sup> e está localizada na Microrregião dos Cariris Velhos, na região do Alto Rio Paraíba e está inserida numa área que possui um clima

do tipo semiárido quente. Sua população é de 16.072 habitantes, de acordo, com os dados do último censo do IBGE em 2010.

**FIGURA 1** - Mapa do Estado da Paraíba destacando o município de Sumé.



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Sum%C3%A9\\_\(Para%C3%ADba\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sum%C3%A9_(Para%C3%ADba))(2014).

A Prefeitura Municipal de Sumé tem 8 (oito) secretarias que são elas:

- Ação Social;
- Administração;
- Agricultura e Meio Ambiente;
- Cultura, Esporte e Lazer;
- Educação;
- Finanças;
- Obras e Serviços Urbanos;
- Saúde.

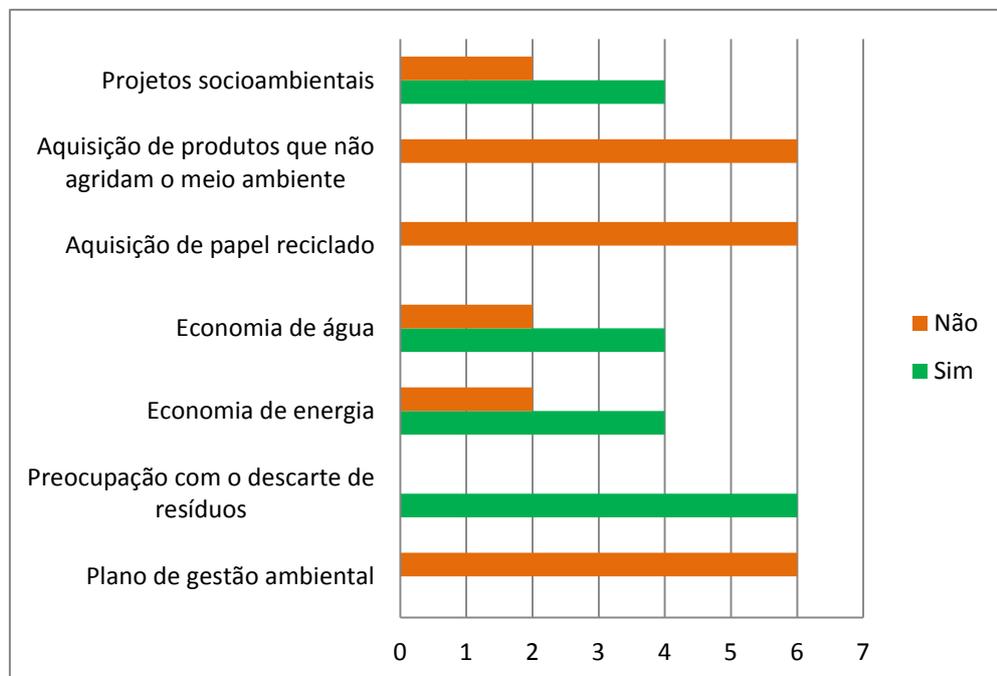
Foi necessário elaborar um questionário para a realização da coleta de dados. O questionário contém 10 (dez) perguntas objetivas (sim ou não), abertas e questões mistas, o qual foi aplicado a todos os Secretários do município, que tem a responsabilidade de elaborar uma política de sustentabilidade para suas pastas. Os procedimentos usados na metodologia de pesquisa são classificados como descritivo e qualitativo.

O questionário foi aplicado aos Secretários da Prefeitura Municipal de Sumé, a entrevista foi realizada em sua maioria nos próprios setores, no entanto, em alguns casos o questionário foi deixado no local para pegá-lo depois, já que alguns alegaram impossibilidade de atendimento, porém responderam e entregaram no dia seguinte. O questionário foi

importante porque serviu para identificar o conhecimento dos Secretários municipais sobre a adoção das práticas sustentáveis e também a aplicação de planos e projetos socioambientais no ambiente organizacional da gestão municipal. Dos 8 (oito) secretários apenas 6 (seis) participaram da pesquisa sendo 3 (três) respondentes do sexo feminino e 3 (três) do sexo masculino. O Secretário de Finanças e a Secretária de Cultura, Esporte e Lazer não responderam o questionário, um deles alegou não ter tempo e que não tinha discernimento do assunto, mesmo havendo disponibilidade para explicar sobre o assunto não foi possível à realização, a outra estava viajando, foi tentado um contato por meio das redes sociais, mas não foi obtida resposta.

Inicialmente, foi perguntado se existe um plano de gestão ambiental aplicado na secretaria e a resposta de todos foi que não existe um plano ambiental específico para cada secretaria, no entanto há uma preocupação com a questão ambiental sim. Fica constatado o que se previa em relação a algumas questões e em relação às práticas sustentáveis que aos poucos estão sendo adotadas pelo município, principalmente algumas que são de fácil aplicação como é o caso da preocupação com o descarte de resíduos e da economia de energia elétrica e de água. De acordo com a figura 2 veremos alguns dos questionamentos feitos aos participantes:

**FIGURA 2-** Questionamentos feitos

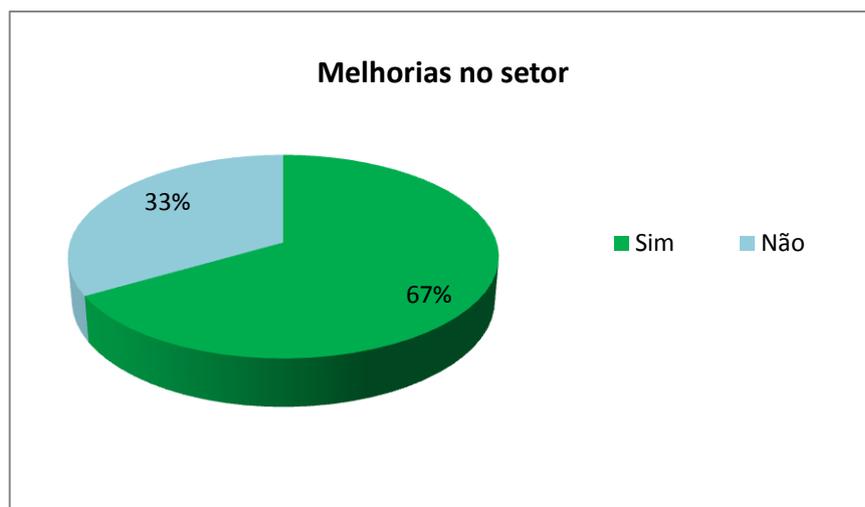


Fonte: Elaborado pelo o autor.

Já em relação ao local onde são depositados os resíduos das secretarias todos disseram que o lixo ainda está sendo depositado no lixão a céu aberto, pois o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos ainda não está sendo executado no município. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos previsto na Lei 12.305/2010<sup>1</sup> estabelece prazos para algumas ações tais como a eliminação de lixões e a consequente disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos até agosto de 2014, nesse caso o prazo para esta implantação no município já esta encerrado. Em relação, ao que se refere à aquisição de papel reciclado e a aquisição de produtos ou equipamentos que não contém substâncias que agridam o meio ambiente, todos disseram que não há essa aquisição. Também foi perguntado se existe algum planejamento ou implantação de programas e projetos socioambientais pelo município a maioria respondeu que existe e citaram o Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, ambos em planejamento, não somente direcionado as secretarias, mas a todo município.

Quando indagado sobre as melhorias no setor, de forma geral, 67% deles acham que houve melhorias com a conscientização dos funcionários em relação a algumas práticas como a economia de água e de energia e também o reaproveitando de papéis para rascunhos e etc., já os outros 33% relatam que não há melhoria, pois não se tem ações e nem planos direcionados as secretarias. A figura 3 apresenta esses resultados:

**FIGURA 3** – Ações voltadas para o melhoramento do meio ambiente.



**Fonte:** Elaborado pelo o autor.

<sup>1</sup> A Lei 12.305/2010 prevê, em seu Artigo 54, que “a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta lei”, ou seja, até 2 de agosto de 2014.

Já quando foi perguntado o que precisa ser feito para que as práticas sustentáveis possam ser inseridas nos setores públicos, constatou-se que 100% dos secretários acham que o que precisa ser feito é a criação de um plano de ação conjunta que envolva toda a sociedade e os órgãos públicos para que haja uma conscientização buscando soluções por meio de políticas públicas, onde o cidadão possa também intervir como agente educativo responsável por buscar soluções ambientais.

Nesse contexto, vale salientar que é através de uma eficiente gestão e de políticas públicas voltadas para o meio ambiente e para a sociedade que teremos mais chances de aprender a cuidar e a praticar ações sustentáveis. A gestão ambiental tem grande relação com a gestão pública e se trabalhadas juntas podem contribuir muito para que possamos mudar nossas atitudes e o comportamento das organizações públicas.

Dessa forma o autor afirma que:

No caso do setor público, a Gestão Ambiental apresenta algumas características diferenciadas. O governo tem papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável porque ele é o responsável pelo estabelecimento das leis e normas que dispõem os critérios ambientais que devem ser seguidos por todos, em especial o setor privado que, em seus processos de produção de bens e serviços, utiliza-se dos recursos naturais e produz resíduos poluentes. Por isso mesmo, além de definir as leis e fiscalizar seu cumprimento, o poder público precisa ter uma atitude coerente, responsabilizando-se também por ajustar seu comportamento ao princípio da sustentabilidade, tornando-se exemplo de mudança de padrões de consumo e produção, adequando suas ações a ética socioambiental. (SILVA, 2011, p.258-259)

Por fim, para se aplicar esse conceito de sustentabilidade, é preciso chamar a atenção para a necessidade de economizar recursos naturais no presente para assegurar o direito de uso das futuras gerações. Assim é preciso uma preparação das comunidades por meio de profissionais capacitados para que haja uma interação entre os governos e a sociedade e também os ambientalistas. Entretanto ainda é possível verificar a ausência de mudanças nos ambientes organizacionais, ficando o poder público sem aplicar práticas que resultem na economia de recursos, diante da inexistência de projetos ou de planejamentos estratégicos que visem implantar um plano de gestão ambiental.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desse trabalho foi analisar quais são as práticas sustentáveis adotadas pela gestão pública municipal. Diante disso, constatou-se que estas práticas têm apresentado grande crescimento e desenvolvimento na sociedade. Assim, conclui-se que apesar das definições serem diferentes, os temas estão ligados porque buscam pelo mesmo propósito que é a busca pela sustentabilidade e pela qualidade de vida das gerações futuras. Também no que se refere a uma relação entre a Gestão Pública e a Gestão Ambiental, percebe-se que há um grande vínculo entre elas, onde a gestão pública tem fundamental importância na criação de políticas públicas que visam a questão ambiental.

Diante dos dados coletados ficou comprovado que não existe um plano de gestão aplicado no ambiente organizacional do município de Sumé, e que alguns dos gestores não tem conhecimento sobre o respectivo assunto, 100% dos secretários consideram que deve ser adotado um plano de ação conjunta, que envolva a sociedade, com foco numa gestão ambiental para o município. Já em relação às melhorias que houve no setor, 67% deles responderam que essa melhoria foi devido a própria conscientização dos funcionários já preocupados com a conservação dos recursos naturais, os outros 33% relatam que não há melhoria, pois não se tem ações e nem planos direcionados às secretarias.

Algumas dessas práticas são de fácil aplicação como: fazer reciclagem do lixo, diminuir as impressões de documentos e utilizar papel reciclável entre outras, mas infelizmente não são executadas. De modo geral, muito mais do que a implantação de políticas públicas no município o que precisa ser feito é o planejamento estratégico com foco na conservação e economia de recursos naturais. Com isso conclui-se, que ainda é preciso profissionalizar a gestão pública municipal no que se refere à gestão ambiental.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José de Lima; OLIVEIRA, Célia Vicente de. Economia e Meio Ambiente. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. (Org.) **Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2009. p.48- 69
- AMORIM, Tânia N. G. Ferreira. Responsabilidade social corporativa. . In: ALBUQUERQUE, José de Lima. (Org.) **Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 130-147
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BRASIL. Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, 2 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.
- BRUSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.) **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. p. 29-40.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. / Ana Luiza de Brasil Camargo. - 5. ed. - Campinas - SP: Papirus, 2003.160p. (Coleção Papirus educação).
- EDWARDS, Brian. **O guia básico para a sustentabilidade**. / Brian Edwards; tradução de Claudia Ardions Espasandin. - Barcelona: Gustavo Gilli, 2008. 226p.
- FILHO, Rodolfo A. de Moraes. Sociedade e meio ambiente. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. (Org.) **Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-26
- FREITAS, Vladimir Passos de. O Poder Judiciário e o Direito Ambiental no Brasil. In: GOMES, Eduardo Biacchi; BULZICO, Bettina A. Amorim. (Org.) **Sustentabilidade, desenvolvimento e democracia**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. – 280 p.- (Coleção relações internacionais e globalização; 25). p. 133-160
- GOMES, Eduardo Biacchi; BULZICO, Bettina A. Amorim. Soberania, cooperação e o direito humano ao meio ambiente. In:\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade, desenvolvimento e democracia**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. – 280 p.- (Coleção relações internacionais e globalização; 25). p. 49-70
- LIMA, Sérgio Ferraz de. **Introdução ao conceito de sustentabilidade aplicabilidade e limites**. Cadernos da Escola de Negócios. Vol. 4, Número 04 – Jan/dez 2006. Disponível em: <<http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/negociosonline/article/viewFile/37/30>>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- MENDES, Jefferson. M. G. **Dimensões da sustentabilidade**. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009 Disponível em:

<<http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

OLIVEIRA, Thereza Martins de. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: Concepções e práticas. In: HUHNE, Leda Miranda; BRAGA, Maria. (Org.) **Ecologia e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Uapê, 2008. p. 43-56

Prefeitura Municipal de Sumé. Disponível em: <<http://sume.pb.gov.br/2014/>>. Acesso em: 27 ago. de 2014.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade: uma visão humanista. In: **Ambiente e Sociedade**, jul/dez. 1999, n. 5, p. 233-240.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. / Ignacy Sachs. - Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009. 95p. (Ideias sustentáveis).

SACHS, Ignacy. **Estratégia de Transição para o Século XXI**. São Paulo: Nobel, 1993.

SILVA, J. I. A. O. A Dimensão Ambiental como Política Pública e Condicionante para o Desenvolvimento. In: MELO, Clóvis Alberto V. de. SOARES, Kelly Cristina Costa. (Org.) **Instituições, gestão pública e desenvolvimento sustentável**. Editora Nossa Livraria - Recife, 2011.p.247-288

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.) **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. p. 104-127

VEIGA, José Eli da. **Indicadores de sustentabilidade**. Estudos Avançados, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/06.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor** / José Eli da Veiga. – São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2010.



2) Há alguma preocupação com os descartes de resíduos nesse setor?

Sim ( ) Não ( )

Que tipo de preocupação? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3) Onde são depositados esses resíduos?

( ) em aterro sanitário

( ) em lixão

( ) outros

Se outros, qual? \_\_\_\_\_

4) Existe algum plano de economia de energia elétrica nesse setor?

Sim ( ) Não ( )

Qual plano? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5) Existe algum tipo de economia de água no setor?

Sim ( ) Não ( )

Qual tipo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6) Há a aquisição de papel reciclado nessa secretaria?

Sim ( ) Não ( )

Como ele é utilizado? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7) Há aquisição de produtos ou equipamentos que não contenham substâncias que agredam o meio ambiente?

Sim ( ) Não ( )

Quais são eles? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- 8) Existe algum planejamento ou implantação de programas e projetos socioambientais pelo município direcionado a essa secretaria?

Sim ( )                  Não ( )

Quais são? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- 9) Houve melhorias no setor com a conscientização de algumas ações voltadas para o melhoramento do meio ambiente? Se houve quais foram?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- 10) O que precisa ser feito para que as práticas sustentáveis possam ser inseridas nos setores públicos?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_